

Amazônia: seu espaço e seus habitantes

Amazon: its space and its inhabitants

DOI:10.34117/bjdv7n3-705

Recebimento dos originais: 08/02/2021

Aceitação para publicação: 23/03/2021

Elisangela Lima de Carvalho Schuindt

Mestra em Letras

Instituição de atuação atual: Colégio Militar de Campo Grande

Endereço completo: Rua Francisco Serra, nº135 casa 02, bairro Vila Planalto

Campo Grande – MS

E-mail: elisangela.lcs1973@gmail.com

Greissi Cristina Sousa

Mestra em Letras

Instituição de atuação atual: Colégio Militar de Campo Grande

Endereço completo: Rua José Alberto Pereira, nº231, bairro Monte Castelo

Campo Grande – MS

E-mail: greissi.sousa@ifro.edu.br

RESUMO

Este presente artigo científico busca discutir falácia da superioridade do colonizador e a inferioridade do colonizado no âmbito da terra prometida da Amazônia. Dialogando com o campo teórico dos Estudos Culturais tecemos uma esteira de cunho memorialístico e/ou histórico a fim de diagnosticar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, as possíveis mudanças na visão do colonizador, desde a sua chegada ao Brasil até este momento histórico, sobre os colonizados, ou seja, os nativos. Na tentativa de obter um posicionamento frente ao discurso colonialista, como uma visão reducionista da região amazônica e uma visão equivocada acerca do sujeito e do espaço amazônico, desejamos garantir representatividade às múltiplas vozes das “identidades” dos sujeitos que habitam a Amazônia. Pensamos a Amazônia como o entre-lugar, um meio de excelência para o diálogo entre o presente e o passado, entre o nativo e o estrangeiro, entre o colonizador e o colonizado. Um lugar único que transcende as fronteiras do espaço e do tempo.

Palavras-chave: Amazônia, Estudos Culturais, Discurso Colonialista.

ABSTRACT

This scientific article aims to discuss the fallacy of the colonizer's superiority and the colonized's inferiority in the context of the Amazon promised land. Dialoguing with the theoretical field of Cultural Studies, we will weave a memorialistic and/or historical trail in order to diagnose, by means of a bibliographical research, the possible changes in the vision of the colonizer, since his arrival in Brazil until this historical moment, about the colonized, that is, the natives. In an attempt to take a stand against the colonialist discourse, as a reductionist view of the Amazon region and an erroneous view of the Amazonian subject and space, we wish to guarantee representativeness to the multiple voices of the "identities" of the subjects that inhabit the Amazon. We think of the Amazon as the in-between-place, a medium of excellence for the dialogue between the present and

the past, between the native and the foreigner, between the colonizer and the colonized. A unique place that transcends the boundaries of space and time.

Keywords: Amazon, Cultural Studies, Colonialist Discourse.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia durante muito tempo foi vista como um lugar insólito, um entre-lugar, habitada por seres “alienígenas” que povoam o imaginário europeu. O termo entre-lugar é bastante usado no campo discursivo dentro das ciências humanas no que se costumou nomear de Estudos Culturais. Este, por sua vez, marca um momento de mudanças e relacionamento das ciências humanas para um melhor entendimento do mundo atual, o que, tempos depois, veio a se chamar interdisciplinaridade. Tal concepção faz opção pelos detalhes históricos, dando destaque às realidades tidas como menores diante do combate da luta de classe, inclusive, na desconstrução daquelas “grandes narrativas”, presentes nas crônicas da colonização, nos relatos heróicos das nações imperialistas, nas histórias literárias.

O pensador pós-colonial Homi Bhabha (2005) diz que o termo entre-lugar pode ser definido como sendo um espaço de trânsito que gera “figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão” (p.10). Sugerimos, neste presente artigo, que a Amazônia é então vista como esse entre-lugar e consequentemente ambiente propício para vivência de seres monstruosos que causam estranhamento.

Esse artigo tem como objetivo realizar uma análise do espaço amazônico como um entre-lugar marginal e seus habitantes que resulta no confronto de dois sistemas culturais que dialogam: o do colonizador e do colonizado.

As teorias do determinismo racial e geográfico afirmavam que os negros e índios eram seres anormais, estranhos, monstruosos e, portanto, possuíam o perfeito perfil para viverem em um lugar inóspito como a Amazônia. Na literatura os monstros representam tudo que é perigoso e horrível na cosmo-visão humana. Eles nos ajudam a entender e organizar o caos da natureza e o nosso próprio. Nas mais antigas e diversas culturas, o monstro aparece como marca da relação de estranheza entre os seres humanos e o mundo que está a sua volta. Do espaço sideral vêm os marcianos e alienígenas que personificam o medo do outro, quer ele venha de um planeta distante ou de um país estrangeiro.

A literatura reserva aos alienígenas e monstros espaços hostis, por vezes, suburbanos. Às margens dos centros de poder, como bem pontua Ceserani (2006) em sua obra *O Fantástico* que explora uma área bastante peculiar da literatura e da arte que é aquela da imaginação perturbadora e fantástica. Segundo esse autor “é típico do fantástico não se afastar muito da cultura dominante e procurar as áreas geográficas um pouco marginais, onde se entreveem bem as relações entre uma cultura dominante e outra que está se retirando” (p. 74). A Amazônia se encaixa bem nesse perfil descrito por Ceserani.

Toda essa discussão nos leva a um conflito muito antigo: o do civilizado contra bárbaro, do colonialista e o colonizado, o da Europa e o Novo Mundo. Segundo Neide Gondim (2007) em *A Invenção da Amazônia*, obra que trata da apropriação mental e material da sociedade sobre o espaço amazônico, a narrativa sobre o surgimento da Amazônia é feita através dos escritos dos primeiros viajantes cronistas e dos ficcionistas que construíram uma identidade amazônica baseada em fantasias e imaginações.

Não houve de fato, por parte dos colonizadores, um desejo de conhecer e estudar o Novo Mundo e seus moradores houve apenas a intenção clara de dominar aquele lugar e impor, aos que ali se encontravam uma ideologia Imperialista (TODOROV, 2002, p.28). O Imperialismo que cito consiste num processo social através do qual, interesses econômicos de um país promovem sua expansão, explorando economicamente outros povos, de modo a obter riquezas, por meio de violência e ameaças, com objetivo de alimentar o luxo nacional. Para instaurar tal regime contava com incentivos do governo e a ajuda do cristianismo que funcionava como uma fachada para conquista dos interesses monopolistas do grande capital (SAID, 1995, p.42).

Para Said em sua obra *Cultura e Imperialismo* (1995), o Imperialismo, funcionava baseado na ideia geral da necessidade de subordinação e vitimização do nativo. Segundo ele há, por parte do colonizador, um prazer em usar o poder, em controlar. Said também percebe que existia um princípio ideológico de reduzir e, em seguida, reconstruir o nativo como indivíduo a ser governado e por último, cultivava-se o pensamento de que o colonizador tem uma missão civilizadora e libertadora.

Como ponto principal dessa ideologia, a violência praticada pelas ideias Imperialistas, quase sempre, não era percebida tornando assim de difícil observação as consequências doentias de sua perpetração. Por fim Said (1995) nos chama atenção para o processo de reescrita da história dos nativos em função da história hegemônica, com

objetivo de dispersar a memória do autóctone, apresentando-o como violento e sem inteligência, e tratar a dominação do colonizador como necessidade irrefutável.

2 A VISÃO DO COLONIZADOR

Muitos intelectuais, escritores e críticos do Pós-colonialismo desenvolveram um esforço que Said (1995) chama de viagem para dentro, em mostrar à Europa e ao Ocidente, por meio de suas obras, as figuras marginalizadas e suprimidas da História. Trata-se de um empenho consciente para “ingressar no discurso da Europa e do Ocidente, para se misturar a ele, transformá-lo, fazendo com que sejam reconhecidas as histórias marginalizadas, suprimidas ou esquecidas” (SAID, 1995, p. 274).

Segundo Todorov, em sua obra *A Conquista da América* (1999) na qual revela um estudo sobre o olhar do estrangeiro a respeito do Novo Mundo, para justificar a visão Imperialista, que tratava o nativo como escravo e não como os donos da terra, era preciso chamar os colonizados de “bárbaros”, “selvagens”, “animais”. Ao empregar essas palavras para descrevê-los, portugueses, espanhóis, ingleses e outros colonizadores demonstravam nitidamente todo preconceito e falta de disponibilidade em conhecer os verdadeiros proprietários do chamado Novo Mundo. Aqui defino preconceito como opinião formada por antecipação, geralmente sem análise profunda do assunto, esta relacionado com a ignorância, entendida, neste contexto, como falta de conhecimento sobre algo ou alguém.

Márcio Souza (2002) em seu livro *História da Amazônia* faz um apanhado das diversas teorias fantásticas que circundavam a Europa sobre a ocupação amazônica:

Muitas hipóteses imaginosas foram levantadas a propósito da ocupação da Amazônia. As mais curiosas, por exemplo, falam das audaciosas viagens de certos navegantes do Oriente Próximo, como fenícios, hebreus e árabes, sem esquecer o suposto comércio que os habitantes da desaparecida Atlântida teriam mantido com a região (p.27).

A época do descobrimento das Américas se deu em um momento de muita ambiguidade para Europa, pois era o fim da Idade Média, ou como muitos chamavam “Idade das Trevas”, fim das inquisições, caça às bruxas, fogueiras, Inferno e início do Renascimento, tempo de luz, de crescimento científico, econômico e do comércio transoceânico.

O descobrimento do Brasil seguiu a mesma lógica entre luz e trevas, Paraíso e Inferno. De acordo com Laura de Melo Souza (1986) em sua obra *O Diabo e a Terra de*

Santa Cruz que trata da feitiçaria, práticas mágicas e da religiosidade popular no Brasil colonial, atesta que a Europa recebia do território brasileiro cargas preciosas, pedras brilhantes e foi denominado Terra de Santa Cruz, pois toda essa riqueza remetia aos colonizadores a ideia de paraíso. Entretanto do Brasil também vinham os condenados por feitiçarias, as histórias de perigos de morte através de doenças e animais selvagens e também a mudança do nome Terra de Santa Cruz para Brasil, palavra que se originava da árvore “Pau Brasil” da qual se extraía uma substância vermelha que era usada para tingir tecidos. A cor vermelha logo foi associada ao diabo e a conclusão tirada por frei Vicente de Salvador e citada no livro de Souza (1986) é que o diabo venceu essa batalha e o nome que prevaleceu para terra descoberta era Brasil:

Provavelmente frei Vicente do Salvador não tinha conhecimento da presença do Brasil nas cartas medievais, e parece-me ter sido o primeiro a explicar a designação pela presença da madeira tintorial de cor avermelhada. Entretanto, é curioso notar que, ao fazê-lo, forneceu uma complicadíssima explicação de cunho religioso, alusiva ao embate entre o Bem e o Mal, o Céu – reino de Deus – e o Inferno – reino do demônio (p.28).

Segundo a autora o nome Brasil já havia sido citado em muitas cartas marítimas de 1351 a 1508, mas ao dar seu parecer sobre o assunto o frei deixa clara a associação da terra descoberta com o inferno, talvez com o intuito de desfazer os relatos que atribuíam ao Novo Mundo à ideia de paraíso terrestre.

Aos olhos de muitos clérigos os nativos americanos agiam como se não houvesse pecado do lado de baixo do equador. Era como se o Brasil fosse habitado apenas por animais como ressalta Guillermo Giucci (1993) no livro *Sem Fé, Sem Lei ou Rei*, o Brasil reunia, na opinião do jesuíta Simão de Vasconcelos, todas as condições de um paraíso às avessas, ou seja, era habitado por anti-Adão e anti-Eva, uma vez que seus habitantes não tinham qualquer sinal de civilização e, por isso necessitavam antes de qualquer coisa de uma colonização espiritual.

Souza (1986) relata, porém, que “o primeiro movimento – o de Pedro Álvares – se fez no sentido do Céu: a este se acoplaria a colônia, não fossem os esforços bem sucedidos de Lúcifer, pondo tudo a perder” (SOUZA, 1986, p.28). Havia mesmo uma dualidade de pensamentos e opiniões a respeito do Brasil Colônia e essa dualidade permeou o imaginário europeu por longos anos. Souza (1986) diz ainda que o Brasil foi descoberto depois da África e da Ásia, assim sendo já existia um imaginário formado pelas experiências das primeiras descobertas. Ao partir em busca das Américas o que os

descobridores queriam era confirmação do que já conheciam através dos relatos das navegações passadas.

Por conta de toda essa visão europeia e eurocêntrica pré-existente do Novo Mundo, as imagens da chamada Amazônia eram também pitorescas. Os relatos de viagens escritos pelos exploradores espalhados por toda Europa foram os primeiros responsáveis por fomentar essa visão idealista sobre esse local e criou-se, entre os europeus, a repetição do mesmo imaginário sobre a Amazônia.

Para Gondim (2007) esse imaginário começou a ser construído há muito tempo atrás. Nos séculos XV e XVI, quando as viagens marítimas foram iniciadas, os europeus tiveram que lidar com realidades que eram muito diferentes para eles. O oceano era um lugar onde não se podia ter segurança, ou seja, ninguém tinha certeza do que poderia acontecer, nem do que encontraria nessas viagens. As informações que eles tinham vinham de livros de outros navegadores:

[...] contrariamente ao que se possa supor a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída: na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes (p.9).

Quando no fim do século XIX, início do século XX o interesse pela Amazônia surge, o contexto é a substituição do Oriente como fornecedor de matérias-primas para o continente europeu. A Amazônia então passa a desempenhar esse papel, enviando para Europa látex extraído das seringueiras e também castanha. Entretanto não é apenas nesse aspecto que a Amazônia é comparada ao Oriente, a estranheza e dificuldades causadas pelas enormes diferenças culturais, geográficas, sociológicas, organizacionais faz com que os exploradores passem a enxergar a Amazônia não somente como diferente, mas principalmente como inferior.

Ao nos depararmos com a Amazônia sendo comparada ao Oriente precisamos nos reportar ao que Said (2007) define como “Orientalismo”. O Orientalismo, segundo ele, é um conjunto de diversas realidades independentes nas quais se destaca a construção acadêmica e doutrinária, desenvolvida principalmente pelos povos ocidentais sobre os orientais. Entende-se Oriente, nesse contexto, como espaço da cultura islâmica, expressa nas línguas árabe, persa e turca, correspondendo, de forma geral, ao Próximo Oriente, ao Norte de África.

Entretanto, o Orientalismo hoje se aplica a toda e qualquer cultura dominante que se apodera da outra, desfigurando-a. Podemos também defini-lo como um conjunto de

categorias e valores baseados nas necessidades políticas e sociais de um grupo dominante em detrimento das realidades concretas do grupo dominado. Said (2007) diz:

O Orientalismo é mais bem compreendido como um conjunto de restrições e limitações do pensamento do que simplesmente como uma doutrina positiva. Se a essência do Orientalismo é a distinção indelével entre a superioridade ocidental e a inferioridade oriental, devemos estar preparados para notar como no seu desenvolvimento o Orientalismo aprofundou e endureceu a distinção (p.76).

A Amazônia então pode ser considerada esse Oriente, um lugar que foi totalmente estereotipado, classificado e inferiorizado pelos desbravadores. O contato com esse lugar diferente suscita falas que demonstram nitidamente o discurso dominante do colonizador engrandecendo os seus feitos, enquanto diminui as qualidades do colonizado.

3 O OUTRO E O DISCURSO COLONIALISTA

É nítido que dentro dessa descrição europeia do Novo Mundo e posteriormente da Amazônia como lugar inóspito, havia a crença de que apenas seres diferenciados e fortes conseguiriam sobreviver à dura realidade das Américas. Segundo Gondim (2007, p.29) “paralelamente às veleidades oníricas da bem-aventurança edênica, as monstruosidades corporais eram o contraponto apavorante do homem nesse incessante jogo imagístico de ouvir, ver, reproduzir, contar, reescrever.”

Surge então o pensamento Pós-colonialista e nele a necessidade de conceituar o “Outro”. Esta corrente surgiu influenciada pelos Estudos Culturais, pela Crítica Literária e acabou tornando-se uma forma importante de pensar a sociedade tendo em vista a crítica cultural. O Pós-colonialismo conceituou o Outro através da análise sobre a luta e a independência dos povos que viviam sob o domínio colonial, na Índia, África e Caribe.

Essa corrente aborda, sobretudo, questões de classe, gênero e raça. Hommi Bhabha (1998) em sua obra *O Local da Cultura* problematiza sobre a construção e a desconstrução da identidade do Outro através dos Estudos Pós-coloniais e argumenta sobre o modo como o Outro, colonizado, é caracterizado pelo discurso do colonialismo europeu, ou seja, de forma depreciativa.

A visão depreciativa e distorcida do nativo começa a surgir das várias crenças que existiam sobre os lugares que estavam sendo conquistados além-mares no período das grandes navegações. Segundo Todorov (1999), Colombo acreditava que “o Paraíso terrestre devia situar-se numa região temperada para lá do Equador” (p. 27). Sendo então um lugar encantado, um paraíso, não há porque ter preocupação em entender bem as

peessoas que lá vivem, pois, com certeza, são ciclopes, homens com caudas, amazonas, sereias.

O discurso colonialista em relação ao nativo começa então a se constituir. Uma das características desse discurso é a formulação de enunciados absolutos a respeito dos povos que coloniza. Esses enunciados se tornam “verdades” através de uma eloquência marcada por maniqueísmo que impõe sobre diferentes culturas sentidos fixos e reducionistas.

É característico do pensamento colonialista não levar em consideração a história da colônia. Essa história é entendida como algo em branco, como se aquela terra e seus moradores vivessem apenas no presente. É uma visão pequena que o colonizador tem do colonizado, é uma incapacidade de enxergá-lo como outro, como um ser histórico. Entretanto, o colonizador se vê como o salvador desse povo, capaz de transformações e reformas radicais.

O colonizador enxerga no colonizado uma falta, uma escassez, que lhe serve como justificativa para a dominação e controle. Said afirma que o colonizador de fato acredita conhecer e saber mais sobre o colonizado do que eles mesmos: “Eles são uma raça subjugada, dominada por uma raça que os conhece e sabe o que é bom para eles mais e melhor do que poderiam possivelmente saber eles próprios”. (SAID, 2007, p.66).

Assim sendo, constrói-se um discurso de que a metrópole tem o nobre dever de civilizar e fazer evoluir os povos atrasados da colônia. O imaginário social da metrópole assume como missão essa tarefa de colonizar que se desdobra em deveres e obrigações.

A ação do colonizador sobre o colonizado é precedida por um enunciado do interdiscurso da colonização, que pode ser explicado como “os colonizados são inferiores aos colonizadores” e que funciona como um discurso específico da identidade do eu (colonizador) e do outro (colonizado).

No movimento de construção dos sentidos, que passa sempre pelo dito e pelo não dito, um sentido se fixa pelo dizer e abafa outros sentidos possíveis. É a capacidade de ação do colonizado e de formulação de um sentido sobre si mesmo que é silenciada, já que estamos falando de um discurso que dá apenas aos colonizadores a chance das ações e interpretações, colocando-os como agentes dos processos verbais.

Aos colonizadores cabe “melhorar”, “promover”, “beneficiar”. Esse discurso cria a ilusão do apagamento da alteridade (caráter ou qualidade do que é outro). O termo “alteridade” foi formulado por Bhabha (2005), como o outro, o colonizado, que também

está presente na formação do sujeito colonizador pelo não reconhecimento do espaço do outro.

Essa é uma das estruturas básicas do discurso colonialista que também é utilizada para delinear os limites dessa formação discursiva: o sujeito enunciador coloca-se na posição enunciativa do governante (dominante) que fala do lugar do império, isto é, do lugar de um poder que não precisa se legitimar nem reconhecer a representatividade do outro, do governado.

4 O ESPAÇO

Não havia uma atitude empírica em relação ao Novo Mundo e muito menos em relação à Amazônia. O que existia eram especulações diante do que os primeiros exploradores escreveram e estes, por sua vez, escreviam baseados em um forte desejo (e não na experiência) de que essas terras fossem ricas, e exuberantes. Todorov (1999) comenta que um dos correspondentes de Colombo lhe escreve que “A maior parte das coisas boas vem das regiões muito quentes, cujos habitantes são negros, onde há papagaios...” (p.33). São esses comentários, baseados totalmente em imaginação, que povoam a mentalidade europeia sobre o Novo Mundo e, conseqüentemente, sobre as pessoas que lá vivem.

Stuart Hall (2003) em seu livro *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, afirma que há sempre algo “imaginário” ou “fantasioso” sobre as afirmações identitárias. No caso da identidade amazônica que se formava, havia uma oscilação entre o ideal paradisíaco e o local do “esconderijo” do demônio onde ele exercia seu domínio sobre os homens. Os europeus, de início, se encantavam com a exuberância amazônica e a denominavam como o “paraíso perdido”, o “Éden tropical”, mas com o tempo descobriam as agruras de se viver em um lugar inóspito, com geografia peculiar e mudavam de ideia passando a chamá-la de “inferno verde”.

Gondim (2007) descreve com maestria o sentimento que surgia e confundia os primeiros desbravadores que aqui chegavam fugindo das doenças, do inchaço das cidades e do desgaste do feudalismo no fim idade média:

Era como se céu e inferno se tocassem e os dois polos brotassem e para eles mesmos fluíssem e reflúissem a concepção de vida, o misticismo, o ideal cavalheiresco, formalmente acomodados em alicerces abstratos que apontavam para o abandono e melhoria do mundo. A fuga das pestes, da violência da cobiça, dos demônios das injustiças; o medo do inferno, do fim do mundo e das bruxas teria pelo sonho que havia que possibilitaria uma vida mais bela (p.15).

Havia sempre a questão dos exageros muito presente nos relatos dos navegadores e exploradores das Américas. Em seu artigo *Olhares estrangeiros na Amazônia: nas selvas do Brasil revisitado. Uma leitura crítica do relato de viagem de Theodore Roosevelt à Amazônia brasileira*, Juarez Caesar Malta Sobreira (2001) fala sobre a visão, de certa forma positiva, do “outro”, dessa vez o estrangeiro, sob o impacto sensorial da floresta, a visão do desconhecido, que desconhece, mas mesmo assim se aventura na selva brasileira e fica extasiado ante a exuberância da Amazônia.

Além desse exagero em relação às belezas da floresta havia, principalmente, o interesse capitalista e imperialista que visava o lucro através da exploração desse lugar que estava sendo desbravado.

Sobreira (2001) ressalta que nos seus relatos de viagem, o ex-presidente dos EUA, Theodore Roosevelt, comenta: “Há minas e quedas d’águas e abundância de solos ricos. Breve essa zona será cortada por estrada de ferro. Oferece, pois, todas as possibilidades de colonização. É uma zona de grande futuro” (p.23). Ao fazer tal comentário, Roosevelt não está necessariamente interessado no futuro da região, mas sim na intenção de explorar ao máximo a capacidade de lucro que aquele lugar poderia trazer de acordo com a visão colonialista da época. O que o desbravador deseja na nova terra é fazer dos autóctones trabalhadores produtivos com o objetivo de proporcionar à colônia mais lucro, pois o desejo do colonizador é lucro, usurpação e privilégio na terra do colonizado, como sugere Albert Memmi (2007) em sua obra *Retrato do Colonizado Precedido de Retrato do Colonizador*, ensaio que trata do colonialismo clássico.

De acordo com Memmi (2007) o colonizador tem o interesse de explorar os recursos naturais do lugar e a mão-de-obra nativa pelo valor mais baixo possível. Intenciona tornar a colônia um lugar de produção de matérias-primas, produtos tropicais, e também, uma importadora de produtos fabricados pela metrópole.

Já o colonizado sonha em ver sua terra independente, desenvolvida economicamente, dominando as tecnologias modernas e a ciência, com seu povo adquirindo qualidade de vida e mantendo uma identidade nacional.

Esses interesses são completamente incompatíveis. Ao “coabitarem”, palavra utilizada por Memmi (2007) para designar convivência, essa incompatibilidade se apresenta cada vez mais feroz. Para alcançar seu objetivo principal que é o de tornar a colônia um lugar altamente lucrativo, o colonizador vê a necessidade de criar uma ideologia do colonialismo que tenta justificar todas as mazelas cometidas por ele em nome

do desenvolvimento. Esse desenvolvimento, por sua vez, se justifica pela falácia da superioridade do colonizador e a inferioridade do colonizado. Memmi (2007) diz:

Admitindo essa ideologia as classes dominadas (ou os povos) confirmam, de certo modo, o papel que lhes foi atribuído. O que explica, também, a relativa estabilidade das sociedades, nas quais a opressão é, bem ou mal, tolerada pelos próprios oprimidos (p.116).

Entretanto essa visão distorcida de uma Amazônia esplendorosa que lhe traria lucro fácil e rápido logo se desfez. Um exemplo claro disso foi quando, ao final do século XIX, os ingleses iniciaram a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré em plena selva amazônica e tiveram uma grande surpresa ao perceberem as inúmeras dificuldades que encontrariam para desbravar a mata fechada. Um alarmante número de empregados da construção morreu devido às condições insalubres de se trabalhar em um lugar como este.

Realmente os colonizadores não tinham a menor noção do que enfrentariam na Amazônia. Contribuíram para as dificuldades de colonização fatores como o grande isolamento da região, ataques indígenas e principalmente doenças endêmicas.

Esse imaginário, equivocado, de que tudo seria fácil na Amazônia foi construído no início das expedições para o Novo Mundo. Naquela época, como já foi dito anteriormente, havia muitos exageros, por parte dos desbravadores, ao se depararem com a tão sonhada terra prometida. Todorov (1999) observa essa atitude desequilibrada nos primeiros relatos dos viajantes ao citar pequenos comentários de Colombo para descrever sua admiração diante da natureza das terras desbravadas:

As árvores eram ali tão poderosas que as suas folhas deixavam de ser verdes de tanto reverdecerem. (16-12-1492)

Vem da terra um perfume tão bom e tão suave, das folhas ou das árvores, que é a coisa mais doce do mundo. (19-10-1492)

Ele diz que nunca viu coisa mais bela do que aquele vale no meio do qual o rio corre (15-12-1492) (p.15).

Provavelmente foram essas descrições que incentivaram muitos outros aventureiros a seguirem com seus ideais de desbravar terras longínquas. Esses viajantes, porém, ao desembarcarem no seu destino e se depararem com situações totalmente adversas, que conflitavam com as descrições por eles lidas não as desmentiam, pelo contrário, continuavam a repassá-las e validá-las, mantendo assim o imaginário europeu sempre muito aguçado em relação ao Novo Mundo.

Um exemplo disso é o que nos conta Reginaldo Gomes de Oliveira (2012), no artigo *A Presença Holandesa na Amazônia Caribenha entre os séculos XVI e XVIII: da Costa Selvagem ao Rio Branco*, sobre o surgimento do mito do *El Dorado* durante as expedições exploratórias na região da Amazônia caribenha. A 1ª informação sobre o mito veio de Juan Martinez de Albuja que, segundo suas declarações, foi o único sobrevivente da expedição a qual participou. Martinez disse ter sido sequestrado de olhos vendados e levado para cidade de Manoa, lá conheceu o príncipe da cidade, seu palácio e tesouros. Foi julgado, libertado e viveu pacificamente entre os índios até conseguir escapar e voltar para as ilhas de Trinidad e Margarita onde espalhou a história que continuou atizando os europeus. Mais expedições aconteceram e apesar de faltarem provas concretas, as informações anteriores foram confirmadas.

O *El Dorado*, segundo relatos das expedições da época, localizava-se na região do Rio Orinoco (Venezuela) próximo as Montanhas Pacaraima. Era um lugar que, de acordo com os desbravadores, tinha construções e telhados cobertos de ouro e seu príncipe costumava cobrir o corpo de ouro em pó. O lago Parima era, supostamente, localizado em frente à cidade de Manoa ou *El Dorado* como era mais conhecido. Durante o séc. XVIII os portugueses chegaram à região e não encontraram o lago, mas encontraram um rio chamado Parimé.

O *El Dorado* nunca foi achado, contudo muito foi escrito a respeito e, a ideia de que existem riquezas e prosperidade a espera daqueles que desbravaram a Amazônia estimula continuamente o processo migratório na região.

A Amazônia é então esse entre-lugar onde o maravilhoso e o estranho se encontram. O entre-lugar é um espaço de articulação de diferenças, plural e fragmentado, marcado por descentramento e heterogeneidade, capaz de comportar até o contraditório, e percebido, portanto, como um ambiente caracterizado por uma inerente duplicidade (BHABHA, 2005, p.52). O colonizador vê a Amazônia assim, um espaço fantástico onde a beleza e riqueza da floresta coexistem com a monstruosidade dos seus moradores e agruras para sobrevivência.

5 CONCLUSÃO

Com certeza o primeiro olhar sobre a Amazônia foi o olhar do estrangeiro, mais especificamente o europeu. Ainda hoje observamos ecos desses olhares do início do século XVI sobre essa região tão complexa através de lendas, relatos de viagens e histórias fantásticas. Essas histórias sempre trazem à tona povos estranhos, muitas vezes

associados a figuras monstruosas, e em terras onde se mistura realidade e fantasia. Tudo isso formado, em sua maioria, a partir das mitologias vindas da Índia e da cultura greco-romana (GONDIM, 2007).

Percebemos, com nitidez, que a narrativa histórica dos europeus se impõe até hoje e é a história da hegemonia da cultura europeia. As histórias contadas pelos colonizadores sobre o continente americano são muito parecidas como o pensamento europeu da época e também na atualidade.

As análises são um *work-in-progress*, atendem a um questionamento pertencente a este momento histórico. Um balbucio, uma tentativa de garantir representatividade ao sujeito marginalizado amazônico. Entretanto, este presente estudo afirma-se aberto a complementações e/ou contestações,

Pensar a o discurso colonialista na Amazônia nos levou a diagnosticar poucas mudanças na visão do colonizador sobre a Amazônia ainda hoje. Precisamos nos posicionar frente a esse discurso colonialista que tem uma visão reducionista da região amazônica e enfatizar que essa é uma visão equivocada e insuficiente do espaço e da “identidade” do sujeito amazônico.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2005.
- CESERANI, Remo. *O fantástico*. Tradução de Nilton C. Tridapalli. Curitiba: UFPR, 2006.
- GIUCCI, Guillermo. *Sem Fé, Sem Lei ou Rei: Brasil 1500-1532*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*; tradução: Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. *The Dutch presence in the Caribbean Amazon between the 16th and 18th Centuries: from Wild Cost to the Branco River*. In: Oliveira, R. G. e Infill, M. *From Historical Path to the Cultural Processes between Brazil and Guiana*. Editora UFRR, 2012.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
_____. *Orientalismo - O Oriente como invenção do Ocidente*. 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SOBREIRA, Juarez Caesar Malta. *Nas selvas do Brasil Revisitado. Uma Leitura Crítica do Relato de Viagem de Theodore Roosevelt à Amazônia Brasileira*. In: Nenevé, M., Proença, M. e Cooper, M. *Olhares sobre a Amazônia Looking at the Amazon*. Edufro, 2001.
- SOUZA, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz – Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colônia*. 9ª Reimpressão. São Paulo. Companhia das Letras, 1986.
- SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. 2ª edição. São Paulo: Editora Valer, 2002.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 2ª edição. São Paulo: Parábola, 2002.